



MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE IMPACTO – DESPESA COM PESSOAL E NECESSIDADE DE SERVIDORES

1. Introdução

O presente Relatório de Impacto tem por objetivo apresentar a análise consolidada da despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), bem como a necessidade de adequação do quadro de servidores, em observância às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), especialmente seus artigos 15, 16, 17 e 20, e à Constituição Federal (art. 169).

2. Receita Corrente Líquida x Despesa com Pessoal

| Descrição | 2024 (realizado) | 2025 | 2026 (orçada) | 2027 (orçada) |
|--------------------------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|
| Receita Corrente Líquida (R\$) | 378.771.056,00 | 341.265.532,48 | 300.000.000,00 | 300.000.000,00 |
| Despesa com pessoal (R\$) | 30.521.398,32 | 33.457.544,78 | 35.208.382,97 | 37.032.177,20 |
| % de impacto na RCL | 8,05% | 9,80% | 11,74% | 12,34% |

Fonte do reajuste: INPC acumulado até junho/2025: 5,18% (IBGE).

Conforme se observa, a despesa com pessoal apresenta crescimento moderado, mas permanece significativamente abaixo dos limites estabelecidos pela LRF:

- Limite máximo (art. 20, III, b, LRF): 54% da RCL;
- Limite prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF): 51,30% da RCL;
- Limite de alerta (Resolução do Senado nº 40/2001): 48,60% da RCL.

3. Dimensionamento do Quadro de Servidores

| Cargo | Quantidade atual | Quantidade necessária | Diferença |
|---------------------------|------------------|-----------------------|-----------|
| Assistente Social do CRAS | 2 | 3 | +1 |
| Psicólogo do CRAS | 2 | 3 | +1 |
| Auxiliar de Contabilidade | 5 | 6 | +1 |
| Escriturário | 10 | 12 | +2 |
| Analista de Controle | 0 | 1 | +1 |



MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

| | | | |
|---------------------------------------|-----|-----|-----|
| Técnico em Contabilidade | 4 | 5 | +1 |
| Bioquímico (Farmacêutico) | 2 | 3 | +1 |
| Bioquímico (Farmacêutico) Plantonista | 2 | 3 | +1 |
| Cirurgião Dentista | 5 | 6 | +1 |
| Fisioterapeuta | 3 | 4 | +1 |
| Psicólogo Geral | 12 | 4 | -8 |
| Professor P1 | 112 | 130 | +18 |
| Professor P2 | 30 | 38 | +8 |
| Técnico em Educação | 11 | 13 | +2 |
| Monitor de Creche | 30 | 40 | +10 |
| Monitor de Transporte | 100 | 20 | -80 |
| Operador de Videomonitoramento | 4 | 6 | +2 |

A análise do quadro de servidores evidencia:

- Necessidade de acréscimos: +50 servidores;
- Necessidade de reduções: -87 servidores;
- Saldo final: -37 servidores.

Destaca-se que, apesar do saldo global indicar redução, algumas áreas essenciais demandam reforço de pessoal, como Professores, Monitores de Creche e Psicólogos vinculados ao CRAS.

4. Impacto Global

O impacto consolidado demonstra que, mesmo com a reorganização do quadro de servidores e a aplicação do reajuste inflacionário (INPC), a despesa com pessoal permanece em patamar seguro, sem risco de extrapolação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalte-se que os artigos 15, 16 e 17 da LRF exigem a comprovação da adequação orçamentária e financeira das despesas de caráter continuado, como é o caso da despesa com pessoal.

5. Conclusão

A despesa com pessoal, atualmente situada entre 8,05% e 12,34% da Receita Corrente Líquida, encontra-se em conformidade com os limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O dimensionamento do quadro funcional evidencia a necessidade de ajustes pontuais, especialmente em áreas estratégicas como Educação e Assistência Social, sem comprometer o equilíbrio fiscal.




MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclui-se, portanto, que as medidas propostas são viáveis do ponto de vista orçamentário e financeiro, estando em consonância com a legislação vigente.

Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu, 08 de setembro de 2025


JÚLIO CÉSAR SILVA RIBEIRO
Secretário de Fazenda


RENATA LIMA FERREIRA
Assessora Técnica
Contadora – CRC/MG 080489/O

Declaração de Compatibilidade da Despesa

(Art. 16, II da LC 101/00)

Declaro, para os devidos fins, que o aumento da despesa supracitada, com base nas informações da Secretaria de Administração, Fazenda e Controle Interno, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária e está compatível com o PPA e com a LDO.